

1 A história artística

No começo de 1976, reaparece, em quarta edição, *Um estadista do império*, cujo primeiro lançamento ocorreu em 1897-1899. Passados quase 80 anos do primeiro contato com o público, surpreende-se, nos livros históricos, nos debates parlamentares, nas teses de ciência política, a persistência do painel que Joaquim Nabuco, ao biografar o pai, fixou do Segundo Reinado. O esquema da obra persistiu, quer nos quadros, quer nos retratos dos atores, aparentemente invulnerável às construções que o seguiram. O próprio Euclides da Cunha, comprometido com valores de vertente oposta e por inspiração diversa, não escapou ao sortilégio, ao fixar o perfil de uma época *Da Independência à República*. Houve, convém recordar, a facção dissidente e contestatória, que negou a verdade do palácio encantado, erguido e iluminado sobre as primeiras labaredas do desencanto republicano. Mas, incapaz de um trabalho de revisão, manteve-se obscuramente à margem, sem convencer e sem ser convencido.

Desde logo, pondere-se que a duradoura influência de *Um estadista* não se deve ao número dos leitores. Por ano, 250 pessoas terão percorrido as páginas do livro básico do Segundo Reinado. Paradoxo aparente entre o restrito círculo de leitores e a influência que gozou a obra. Paradoxo aparente, repita-se, que se desfaz, ponderando a pobreza, a extrema indigência do mercado consumidor no Brasil de todos os tempos, sobretudo até os anos 40. José Veríssimo e Olavo Bilac, este suposto favorecido do público, assinalavam que os escritores se liam uns aos outros – “Nós vivemos a escrever”, dizia o último, “quase exclusivamente para os oficiais do mesmo ofício”. Um autêntico êxito de livraria, na primeira e segunda décadas do século se constituiu com a venda de mil exemplares. O escritor dirigia-se ao seu público, à sua elite, elitizando-se para ser compreendido. O público leitor não existia, círculo, limitado como sucedâneo do público leitor. Daí uma característica fundada no elitismo já mencionado: “Na ausência”

¹ O artigo foi transcrito preservando-se a originalidade de seu conteúdo. A redação foi atualizada em consonância com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 2009, e com as normas de publicação da revista *Estudos Eleitorais*.

² Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1977-1979). Membro da Academia Brasileira de Letras.

– depõe Antônio Cândido – “de públicos amplos e conscientes, o apoio ou pelo menos o reconhecimento oficial valeram por estímulo, apreciação ou retribuição da obra, colocando-se ante o autor como ponto de referência”. Daí um circuito particular e singular entre o autor e o leitor, admirando e validando essas teses adversas à sua ação social e política, mas ideologicamente comuns, bases de entendimento superior, palaciano, nas antecâmaras. Campos Sales, republicano histórico, foi um dos primeiros a aplaudir e consagrar *Um estadista*, sem embargo do saudoso monarquismo visível na letra e na inspiração. As divergências dentro dos corredores do poder seriam sempre conversíveis ao oficialismo condutor, salvo na hipótese extrema da subversão, quando o autor abandona as boas e polidas maneiras da gravata, inglesa. Essa vivência íntima entre leitor e escritor possibilitou a manipulação do primeiro pela crítica bem instalada, hoje rompida pela ampla cultura universitária.

Outra circunstância, que é uma singularidade, contribuiu para tornar *Um estadista* invulnerável à necessária revisão crítica. O livro ornamento, o livro luxo de eruditos, o livro diversão de letrados, encontrou afinidade com o leitor de Joaquim Nabuco, artista que fez da história obra de arte. Lançado para se integrar na constelação dos ensaios históricos, escapou de sua órbita e passou a gravitar noutra galáxia, a sua, a própria, a congenial ao seu espírito. Semelhante teria sido o destino de *Os sertões*, apesar de haver conquistado o chamado grande público. A ciência de Euclides da Cunha autenticada pelos sábios do seu tempo, se não está morta e sepultada, claudica em ambos os pés. Não obstante, *Os sertões* vive com luz crescente, lido e amado por gerações e gerações, até à consumação da língua portuguesa. Não seria também o caso de *A grande senzala*? Não se trata só de leituras diferentes realizadas por pessoas dotadas de visão diversa, com novas reinterpretações – fenômeno específico das obras de arte. A explicação é outra, identificada pela teoria literária – veja-se Karl Vessler – como mudança de instâncias, como deslocamento da instância histórica para a instância estética. O curso de *Um estadista* não teria sido diverso, ferido de imperfeições documentais e de duvidosos pressupostos historiográficos, permanecendo, sem embargo, vivo, no elegante estudo imagístico, metafórico, como convém às suas inspirações românticas, com a graça francesa do verbo, vista, ainda no começo do século, como irremediável mácula. Na denunciada francesia está – ao contrário do que supunham os críticos e o próprio autor – um dos trunfos do estilo, liberto da hierática e fradesca tradição lusa.

Artística e não histórico-científica é sua óptica de biógrafo e ensaísta. Ao desvendar os elementos que lhe formaram o *juízo histórico*, depois de lembrar as influências literárias de Chateaubriand e Renan, alude a Macaulay, do qual herdou “a frase, a eloquência, o retrato e a encenação histórica”, acrescentando que muito deveu a Mommsen, Curtius, Ranke, Taine e Burckardt (NABUCO, 1949, p. 58). Curtius e Mommsen não teriam formado a perspectiva, mas ministrado informações, sobretudo o último, acerca da escravidão no mundo antigo. Quanto a Macaulay, Taine e Burckardt, compreende-se, entendida a afinidade aos historiadores artistas. Ranke, invocado nesse rol, parece extravagante, se obedecida sua lição da desvinculação do historiador do curso dos acontecimentos. Mas, ponderando melhor, a lição é autêntica, embora não compreendida em toda a intensidade: o ator não atua para a praça pública, para a poeira das ruas e estradas, mas para o “solitário juiz da biblioteca do futuro” (NABUCO, 1949, p. 246). A própria sobrevivência histórica do Senador José Tomás, o biografado, estaria a depender do rumo dos que vierem a escrever sobre o passado (NABUCO, 1975, v. 4, p. 154). Ante o tribunal restrito e seletivo, o biografado haveria de renascer e influir, mortos os jurados e acusadores da hora presente. Tal norma revelará contra o fundo da lição de Ranke, mas coerente na forma, a nostalgia do passado, sem a segura crítica que desmascara, rompe os mitos, expulsa dos sonhos as fantasias e da vigília os fantasmas.

Na realidade, desamparada a frieza de Ranke, aparece, luminoso e eloquente, o calor partidário de Macaulay. Surge e conquista o biógrafo, com seus achaques, o morbo biógrafo (*a lues boswelliana*) que o mestre desdenhou, sem fidelidade ao anátema. Macaulay, depois de meditar sobre a maneira de escrever a história, em ensaio que abandonou, ensinava que ela deveria ser “um misto de poesia e filosofia”. “Imprime no espírito verdades gerais por meio da representação viva de certos personagens e incidentes. Mas, de fato, os dois elementos hostis que a formam nunca puderam constituir uma amálgama perfeita”. A história propriamente dita constitui o *mapa*, enquanto a outra se compara à *pintura* de uma paisagem. Um é o escultor e o outro o anatomista. Inconformado com o divórcio das perspectivas, recusou a imitação servil e mecânica dos documentos, para realçar o poder seletivo do historiador, sua paleta de luz e sombras, que legitimamente lhe pertence (MACAULAY, 1880, p. 51 e 314). Aí está, puro, sem mescla, o olho do biógrafo do Senador José Tomás, pretendendo alcançar o processo histórico com o fino trabalho do escultor e do pintor, cavalgando o documento

frio, mas indócil ao artista. O cirurgião plástico quer reconstituir a carne, mas com a preocupação do escultor, Pigmaleão do bisturi. Se a forma for imperfeita, que padeça o engenheiro, preocupado em reconstruir a ponte sem suportes e com lanços ousados.

2 A Ponte Suspensa

“A política imperial era pela ousadia da sua elevação, distância do seu lanço, uma verdadeira ponte suspensa” (NABUCO, 1975, v. 4, p. 118). Mas a política de José Tomás, em alguns pontos, completava e aperfeiçoava o mapa: ele era monárquico e a política do tempo nem sempre guardou a fidelidade à coroa. “Sem o Império, ele via o separatismo – que era o instinto popular, a fórmula do isolamento, da disseminação, da apatia, como do bem-estar e comodidade da população, dos sentimentos todos que constituíam o *bairrismo* – levando de vencida a frágil e titubeante razão política, ou a ambição de uma pátria maior, que queria consolidar a união” (NABUCO, 1975, v. 4, p. 119). José Tomás sabia que a ponte suspensa não tem suportes – ele se esforça, com a fidelidade ideológica à monarquia, em construí-los, certo da precariedade da edificação política – “é uma torre altíssima e desconjuntada sobre o mais flutuante dos solos” (NABUCO, 1975, v. 4, p. 121).

Aí está tudo, ou quase tudo: a ponte suspensa não pode durar sem as colunas, que não devem pairar sobre o lodo (o negociismo dos caudatários do Tesouro) nem sobre o territorialismo (*bairrismo*), amalgamado ao *instinto popular*. Dois perigos a evitar – o povo *inorgânico* e o *federalismo* (o de 7 de abril), por meio de transações continuadas e novas. Um e outro significam a República, com os dois desenlaces possíveis: a quebra da unidade e o poder do povo, que iria parar na tirania (o jacobino de Floriano). Para confirmar a tese nostálgica, cria Joaquim Nabuco duas falácias, uma antes e outra depois do fato, insciente está de suas consequências. Para ele, de 1831 a 1840, durante a Regência, a República existiu – República “de rato”, República provisória – e consagrou o completo desastre. “Se a maioria não resguardasse a nação como um parapeito, ela ter-se-ia despenhado no abismo. A unidade nacional, que se rasgara em 1835 pela ponta do Rio Grande do Sul, ter-se-ia feita toda em pedaços” (NABUCO, 1975, v. 1, p. 44-45).

Proclamada a República, ainda uma vez, sugestionado pela metáfora da ponte suspensa, vê o outro risco, agora em curso de realização: o *país oficial* cede a outro golpe, não ao federalismo sem o Poder Moderador, mas ao povo sem peias, a sociedade intelectualmente governada, *sugerida de baixo para cima*. O aristocrata da ponte suspensa, cujo herdeiro será o elitismo, se alarma e clama pela ordem, só visível no Império restaurado ou no elemento militar e nacional: todas as fórmulas são possíveis, contanto que a anarquia seja banida. Certo, a oligarquia (patronato – estamento) era uma realidade. Mas a República quis aboli-la com o golpe radical e irresponsável. “O método radical é mandar abrir as portas para que todos entrem, como a República fez a 15 de novembro. Desde que fora há público desejoso também de assistir ao espetáculo, o meio de não haver descontentes parece que é retirar as cancelas” (NABUCO, 1895, p. 127). Da abertura não nasceria o regime democrático, mas uma nova minoria, com a agravante de se constituir de *parvenus* – os lugares do teatro são limitados, embora não numerados. A nova oligarquia viria não da ordem federal, que permaneceu alheia à sua visão do futuro, mas do militarismo sem o filtro do Poder Moderador, só com este conversível ao governo militar (NABUCO, 2003, p. 271)³. Sem povo – “o vasto inorganismo que só em futuras gerações tomará forma e desenvolverá vida” (NABUCO, 1901, p. 54) –, a oligarquia republicana seria mais predatória que a imperial. Carente a sociedade civil de instrumentos e meios de coesão, só restaria uma ou outra tutela, com a desvantagem, para a republicana, da ausência de um poder neutro acima das facções. O federalismo – a síntese possível – só a monarquia o instalaria, e, malgrado o esquema, viria a anarquia espontânea, com a seqüela de terror, como previra Taine, coroada por um novo despotismo.

Esta a inspiração de *Um estadista*: a ponte suspensa, alheia às forças territoriais e ao povo constituído. Mas a ponte, artisticamente colocada sobre as águas maculadas de lodo, teria suas colunas, que o historiador, por não querer vê-las, as denuncia por espúrias. A denúncia maior não está gravada nas palavras solenes e puras de *Um estadista*, mas em seus outros escritos, os parlamentares, os de imprensa e em *O abolicionismo* (1883). Todo o Império descansa sobre o regime escravocrata, repete e reafirma antes de 1889: “Trata-se de uma sociedade não só *baseada*, como era a civilização antiga, sobre a escravidão, e permeada em todas as classes por ela, mas

³ As referências com datas posteriores a 1975 foram atualizadas no trabalho de normalização técnica.

também constituída, na sua maior parte, de secreções daquele vasto aparelho” (NABUCO, 2000, p. 149). A sociedade civil pareceu-lhe, em certo momento, um arranjo, mera acomodação ao monstro espúrio. Mas, extirpado o cancro, sente, sem dizê-lo e provavelmente sem inteira consciência do fato, que os efeitos perduraram na ausência da base. A causa, portanto, seria outra e inversa à perspectiva: o regime escravocrata só teria sido possível diante da estrutura peculiar da sociedade e das características especiais do Estado e da economia essencialmente exportadora e não essencialmente agrícola, numa nação que tudo importa.

O primeiro dos mecanismos, pelos quais a agricultura sustenta uma parte importante da sociedade, é o crédito. O antigo fazendeiro trabalhava para o traficante que lhe fornecia escravos, como o atual trabalha para o correspondente ou para o banco que lhe adianta capitais. Uma boa parte da riqueza nacional é eliminada do país pelo comércio de exportação, cujos lucros ficam em parte no estrangeiro, mas uma boa porção dessa riqueza pertence de direito aos que fornecem a lavoura do capital. Estes alimentam nas cidades uma considerável clientela de todas as profissões. A lavoura, porém, não sustenta somente os que lhe emprestam dinheiro a altos juros, sustenta diretamente a sua clientela, que a serve nas capitais. Mas o Estado tem um aparelho especial chamado *apólice*, do qual os bancos são as ventosas para sugar o que resta à lavoura de lucro líquido” (NABUCO, 2000, p. 229-230).

No fundo do painel escravista, havia a persistente e incômoda vida econômica e social do Império, que, por um momento, tentou ignorar, confundindo-a com a simples secreção do escravismo. Se as linhas da nostalgia monárquica da biografia dissimulam, as entrelinhas revelam e desmascaram. Duas intervenções põem a nu o monumento ornamental: o painel da sociedade da maioria e aquela do final do Segundo Reinado. A sociedade do Primeiro Reinado, deplora o fidalgo,

“[...] desaparecera, com seus hábitos, sua etiqueta, sua educação, seus princípios e os que figuravam agora no prestígio eram os novos políticos saídos de revolução ou os comerciantes enriquecidos. Tudo mais recuava para o segundo plano: a política e o dinheiro eram as duas nobrezas reconhecidas, as duas rodas do carro social. Quando a primeira se desconsertava, vinham as revoluções, no fundo tão oficiais

como o próprio governo, simples fenômeno, como ele, da *empregomania* que se ia generalizando: quando era a segunda. vinham as crises comerciais, que se resolviam pela intervenção constante do Tesouro” (NABUCO, 1975, v. 1, p. 53).

O caráter patrimonial, e não liberal, do Estado, com suas bases comerciais e de sustentação recíproca com os governos, será a nota ainda no fim do Império.

“Desde o princípio, o calor, a luz, a vida para as maiores empresas, tinha vindo do Tesouro. Em todo o tempo, as grandes figuras financeiras, industriais do país tinham crescido à sombra da influência e proteção que lhes dispensava o governo [...] Eles, políticos, eram os vermes do chão: a especulação, a planta vivaz e florescente e aparentemente estáveis; eles desanimavam, ela enriquecia [...] a queda do trono, no momento, passa quase despercebida ao mundo financeiro, ao gigantesco parasita que havia sugado a melhor seiva de nossa política [...]” (NABUCO, 1975, v. 3, p. 385 e 387).

A ponte suspensa tinha, sem prejuízo da metáfora decorativa, suas colunas, e os lances eram mais curtos do que supunha a imaginação do historiador artista. Nos lances, fixavam-se as aspirações utópicas, o liberalismo popular e o federalismo; debaixo das colunas, passaram os enxurros da vida econômica, que, por mancharem as águas, não deviam ser mostrados. A visão nostálgica tem sua ideologia, que repele a realidade, transforma-a, purifica-a para se converter em bandeira pública.

3 O Liberal e o Adjetivo

O celebrado dito do Visconde de Albuquerque – “Não há nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder” – contém maior dose de malícia e de veneno do que se supõe. Não está o velho fidalgo a dizer que o liberal transita para o campo conservador, sem rubores e sem dramas de consciência, e vice-versa, em alusão ao presumido incharacterístico dos partidos imperiais. O que se contém na frase célebre é coisa diversa: o liberal, por obra do poder e quando no poder, atua, comanda e dirige como um conservador, adjetivando, no máximo, sua filiação partidária. Não se trata do descompromisso maquiavélico e oportunista de uma elite solidária, que, para mandar,

muda de camisa, contanto que mande e continue mandando. Essa face é expressão de outra realidade, que gradua a consciência do dirigente, não raro com algum drama interior e dilemas pungente. O liberal, se convertido em governo, cede às estruturas e à ideologia que lhe permitem dirigir o leme – leme unicamente feito para aquele navio, que só com ele pode navegar. Ele crê num dogma, mas, para frequentar a igreja, deve praticar o culto contrário, sob a pena da excomunhão eterna. *Certo*, entre o conservador e o liberal dissídio, no século XIX, depende do adjetivo e não do substantivo. No liberalismo há de tudo: conservadores, liberais puros, radicais, republicanos e aristocratas (NABUCO, 2005, p. 91-92). Antes de tudo, a reverência ao trono é essencial, como essencial é o não compromisso com o povo, com a democracia, embora procure ser representativo, sempre que a representação secrete uma camada pedagógica de dirigentes. Ainda neste século [XX], Croce advertia que o liberalismo tem, como inimigo, não só o absolutismo, senão também o ideal democrático. Separa o liberal do democrata o problema da igualdade crente e último na religião da quantidade, fiel o primeiro à religião da qualidade, das classes dirigentes, e móveis, mas dirigentes e não dirigidas ou escravas à tirania do maior número. O *demos*, na palavra de Hamilton, um dos fundadores do pacto norte-americano e aristocratizante, seria a *great beast*. No plano teórico do século XIX, os muitos tipos de liberalismo, sobretudo os que se inspiram em Montesquieu, Constant e Tocqueville, guardam-se das inclinações democráticas, nas quais veem, em última instância, o absolutismo das maiorias. Verdade, entretanto, que não fizeram derivar o liberalismo político do econômico, vendo naquele, em alguns lances, seu antípoda, ao contrário das ideias recorrentes mais tarde. Advertiram, desde cedo, que a liberdade do poderoso e do desamparado tem conteúdo diverso, insinuando que da confusão viria a tentação de entregar o domínio econômico a um grupo diretor tecnocrático, que alcançaria nos seus controles o próprio núcleo dos direitos civis. No terreno comum, amavam a um só deus, o deus do progresso do século passado, *deus ex machina* – que curaria todos os males sociais e políticos.

Na prática brasileira, o liberal, além da distorção sofrida pelo tipo de Estado, perdia-se em máscaras de muitos feitios e cores. Joaquim Nabuco, ele próprio que se proclamava um liberal, não denuncia o poder pessoal – o vértice da oligarquia – por sua qualidade despótica, “porque com os nossos costumes o governo há de ser pessoal ainda por muito tempo pessoal, toda a questão consistindo em saber se a pessoa central será o

monarca que nomeia o ministro ou o ministro que faz a câmara”. Ele acusa, ao contrário, o governo pessoal de não ser um governo pessoal nacional “em benefício do nosso povo sem representação, sem voz, sem aspirações mesmo” (NABUCO, 1983, p. 327). Esse poder doma os chefes e o povo “como se domam serpentes venenosas” (NABUCO, 1983, p. 283), serpentes que são, nada mais que os caricatos titulares da soberania nacional. Longe do modelo anglo-saxão, respirando o bolor bragantino, o liberal se propõe educar, corrigir, tutelar o “inorganismo” (o povo), mas atento às suas travessuras e rebeldias. Antes de tudo, a arte pedagógica terá o cuidado de ensinar a nadar fora da água, prezando uma qualidade que se supõe o próprio liberalismo: a tolerância.

A tolerância é um dos instrumentos da atividade liberal, mas com ela não se confunde. Destacada da premissa maior, ela será o contrário do liberalismo. Em lugar das liberdades públicas e dos direitos individuais – da liberdade de autonomia e da liberdade de participação –, a tolerância à imprensa e mesmo aos seus excessos, às opiniões diversas, ainda que republicanas, à palavra eleitoral, embora se anule pela compreensão e pela fraude. Nesse tecido, a tolerância desmente o liberalismo: permite, podendo proibir; aceita, podendo recusar; admite, podendo reprimir. A essência do liberalismo estará noutro rumo: no controle e na limitação do poder por obra da lei e da Constituição, não nominais, mas efetivamente operantes. Na tolerância não há uma qualidade superior, mas um ardil, que revela a fraqueza do sistema, que, de adiamento em adiamento, prolonga a sua hora fatal. Não há liberalismo, mas o arbítrio autoritário, que talvez não empregue suas melhores armas por desconfiar da eficácia da pontaria. O imperador é o mais tolerante dos tolerantes e, por consequência, o menos liberal, como sentiu bem Sales Torres Homem ao proclamar que a violência aberta não era o maior perigo dos povos livres. “A sofisticação gradual das instituições respeitadas nas formas exteriores e corroídas na medula [...] eis os verdadeiros perigos que devem temer”, consubstanciados, na “má paródia do regime constitucional” (NABUCO, 1975, v. 4, p. 164).

Um contraste, todavia. Na hora do ostracismo político, na oposição, ao liberal importa a teoria ilibada, exuma as lições do 7 de abril e ameaça a todos: o trono e a oligarquia, dedo em riste, veias intumescidas, pena incendiária – ele *ameaça* – ameaça sem representá-lo – com o povo, com as ruas em tumulto, as praças revoltas. Nessa conduta, ele não é o liberal, mas o político de ideias transitórias e provisórias, que, se

não acomodado, erguerá reivindicações, não suas, mas inimigas da ordem e do sistema. Entre a ameaça e o fato, interveem a tolerância, o “pacto tácito entre os adversários”, o “salão onde as boas maneiras são indispensáveis”, regido pela flexível e cética encarnação do Poder Moderador, D. Pedro II (NABUCO, 1975, v. 1, p. 351).

Na ópera encenada, não destoa do espetáculo o Senador José Tomás. A estátua corporifica todas as irradiações da vida política macia, embora entre a estátua e o bronze haja marcantes dissonâncias que o espaço não permite, por ora, assinalar. Ele, o biografado, na sua migração conservadora para a cidadela liberal, será o retrato das boas maneiras conciliatórias, conciliatórias no poder. Por três vezes desempenhará esse papel, uma vez efetivamente e duas vezes malogradamente. Na Conciliação (1853-1857), traduziu o pensamento do imperador e da oligarquia “depois do choque da última guerra civil do Império, de abrir a política aos elementos liberais prescritos, sem tirar a direção dela ao espírito conservador” (MF, p. 156). Essa guerra será – no título do seu discurso – a *ponte de ouro*. Mais tarde, passará para o bando liberal, com a *Liga* não sem a desconfiança dos históricos, sob o comando do maior político da época, Zacarias, ao qual Joaquim Nabuco quer, a todo o custo, desdourar o cetro. “A probabilidade é a que a Liga teve sempre, como teve a Conciliação, a simpatia, o apoio e a cooperação constitucional do Imperador, que via nela o desenvolvimento da ideia conciliadora da [sic] 1853” (NABUCO, 1975, v. 2, p. 78, n. 1). A terceira tentativa conciliatória será o Gabinete Rio Branco, do qual sai a Lei do Ventre Livre (28-IX-1871). Nesse momento, entretanto, será um liberal que colabora com os conservadores, contra o aviso de seus correligionários, que, eventualmente acordes ao programa, não queriam ceder as glórias ao partido adverso. José Tomás, fiel às suas origens, não se solidariza com os cálculos políticos de Zacarias. Seus companheiros esperavam subir ao poder sobre o malogro de Rio Branco, deplorando o ministerialismo do colega. Os liberais perdem a bandeira emancipacionista, enquanto José Tomás via outro dilema, não o velho *conservador x liberais*, mas *conservadores x republicanos* (NABUCO, 1975, v. 2, p. 228 e ss). Para salvar a monarquia, ele sacrifica o Partido Liberal.

Depois de 1868, José Tomás tem o papel de *chefe espiritual* do partido, chefia que o episódio de 1871 trinca de modo irremediável. Já em 1873, ele se sente estranho entre os novos camaradas, nos quais percebe “o triunfo da agitação democrática, que devia, em 1889, levar de vencida o Trono [...] o perigo da onda revolucionária, do

radicalismo intransigente, cioso e inimigo da autoridade, por essência republicano” (NABUCO, 1975, v. 3, p. 384). Não percebe que a anarquia pouco tem a ver com o povo, com o qual, lembrado do retrato de Michelet de Danton, confunde Silveira Martins, no fundo o primeiro federalista, e não agitador popular, que perturba os serenos debates parlamentares do Segundo Reinado. No painel de atores educados, de liberais e conservadores, paira um tipo de liberalismo, o de José Tomás, que será o do biógrafo: “o liberalismo utilitário e o conservantismo histórico”, fórmula sem arbítrio copiada de Burke (NABUCO, 1975, v. 4, p. 154). Magro espólio de uma vida de transações e comando, filho de um sentimento que o biógrafo atribuirá a si próprio: “O que me impediu de ser republicano na mocidade foi muito provavelmente o ter sido sensível à impressão aristocrática da vida” (NABUCO, 1949, p. 96). Aristocratismo que é mais do que *fumo de pacholice*, na denúncia do maior dos contemporâneos, mas uma armadura que guarda o sistema, ideologicamente, como, mais tarde, o elitismo será o escudo das oligarquias estaduais. Uma sombra, confundindo a nostalgia e o anacronismo, turbará, não só a visão da história, mas o processo e o curso dela.

4 A MINA SUBMERSA

Um estadista do Império, de inspiração nostálgica e obra de arte que ilumina, embelezando e estilizando uma época, não será apenas o inocente libelo ervado contra a República. Seu papel não se resume, plasticamente, a um dos mais elegantes painéis estéticos da história. *A grande era brasileira*, segundo a solene palavra do autor, orquestrar-se-ia com outras biografias de personagens que nela atuaram, sobretudo daquele que ocupou o centro do teatro (NABUCO, 1975, v. 1 e 8). Ao lado da duvidosa concepção estética do período histórico, animado por quadros e retratos justapostos, há uma herança, fruto da obra e de seus pressupostos, capaz de irradiar efeitos perturbadores ao historiador e ao ator político do futuro. Atualiza-se o legado em dois lances opostos: a oligarquia esclarecida – sobranceira aos externos, de boas maneiras, emoldurada no Poder Moderador, com um chefe neutro e superior às facções internas – contra, na outra ponta, a tirania potencial, popular na origem, anárquica no fundo. Um terceiro termo, territorial e federal, seria inexequível e resvalaria para o segundo termo, se não sustentado por um centro nacional e dirigente, educador e de autoridade, sobrepondo ao país real – e inorgânico – o país oficial do patronato, aristocratizante ou “elitista”.

A teia ideológica construída sobre uma realidade retocada está longe de se reduzir a uma inocente incompreensão histórica, geradora que é de outras incompreensões que projetam sobre a história do país um dos freios ao processo de mudança social. Solidifica, petrifica manchas idealizadas, estilizadas – esteticamente estilizadas –, dificultando o consumo transformador da memória, a superação permanente, gerando o anacronismo e as explosões modernizadoras, duas faces da velha moeda. Conservam-se, dentro da corrente, debaixo das águas, invisíveis aos navegantes, minas submersas, que, por impedirem a corrida ao mar largo, perturbam o ritmo sincrônico do movimento social e econômico. A interação entre o novo e o velho, que conserva e nega, na ascensão a patamares superiores, torna-se descoordenada, quer fossilizando o passado, quer transformando a mudança em veleidade e utopia. As instituições, já desprovidas de funções ativas e dinâmicas, atuam sobre a realidade, em reflexos vegetativos, desvirilizando-a, emasculando-a. Tornam-se opressivas sobrevivências, ornamentais, mas pesadas na sua pompa, que ditam normas desajustadas ao presente. A sociedade civil, dotada de conteúdo próprio, desvincula-se do Estado, que deixa de atuar, mas conserva a estrutura herdada. Ou o contrário: o Estado modernizador fere a sociedade civil passiva, obrigando-a a passos mais largos do que suas forças permitem. Um exemplo que o próprio Joaquim Nabuco revela, diz respeito às classes sociais: “Todas elas apresentam sintomas de desenvolvimento ou retardado ou impedido, ou, o que é ainda pior, de crescimento prematuro artificial” (NABUCO, 2000, p. 153). Os estudos daí provenientes enchem as páginas de estudos clássicos: Tocqueville, Taine, Hegel, Marx, (*le mort saisi le vif*), Weber, Bloch. A história, nas suas virtualidades, firma-se, como uma vez se disse, numa casa composta de inúmeras escadas e raros aposentos.

A velha estrutura política, incapaz de articular-se com as forças florescentes e em ascensão, perde a legitimidade condutora, para se arvorar, por conta própria, na tutoria do governo, desconhecendo a maioria dos pupilos, confundindo comando com arbítrio – arbítrio provocado pelo descompasso entre a base e a ficção fora da legitimidade, a anarquia metodizada, reprimida. A aristocracia converte-se no papel dos pergaminhos duvidosos ou do elitismo imposto. Daí duas situações possíveis: a *explosão* ou o *terror*, ou as duas coisas juntas, simultânea ou sucessivamente.

As etapas históricas não canceladas, não absorvidas, não superadas sugerem, na imagem de um museu de antiguidades e de objetos ainda não postos no mercado, uma dialética multiespecial e multitemporal. No quadro global, povoado de dissonâncias temporais e espaciais, subsistem módulos irracionais, ilhas não redutíveis ao movimento “ascensional” de novas classes ou ao desenvolvimento do país, focos de resistência que se recusam a acertar o passo, ao lado de árvores adubadas artificialmente. A polirritmia se alimenta das instituições anacrônicas, de suas ideologias aristocráticas e elitistas, obscurecendo o degrau social. Sem embargo da pureza de vistas do biógrafo, aí fica a erva má, presa ao solo, a parasita que entibiará o tronco secular. Surpreendente o contraste entre o Joaquim Nabuco nostálgico e o Joaquim Nabuco abolicionista? Como abolicionista, ele foi tachado de anarquista, comunista, petroleiro – quem se lembrará hoje dessa palavra para injuriar os adversários? –, mas, no fundo, o renovador era um aristocrata, também ele um *liberal utilitário*.

Entre a arte e a história há um abismo que não será atravessado com as asas chumbadas ao passado, lastimando as excelsas glórias perdidas.

Referências

MACAULAY, Thomas Babington. *Essays and poems*. New York: American Book Exchange, 1880. 3 v.

NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2003. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1088/690143.pdf?sequence=4>> Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Ipê, 1949.

_____. *Um estadista do Império*: biografia. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975. 3 v.

_____. *Balmaceda*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895. Disponível em:
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242370>> Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. *Campanha abolicionista no Recife: (eleições 1884)*. Senado Federal: Conselho Editorial, 2005. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000028.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000059.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. *Escriptos e discursos litterarios*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01206200#page/9/mode/1up>> Acesso em: 30 jul. 2016.

_____. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2016.